ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciada a vereadora LORENA BRANDÃO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 1.168/19 da Secretaria municipal da Saúde encaminhando cópias de convênios e termos aditivos celebrados no âmbito dessa Secretaria; Projetos de Lei n.s 384 e 385/19 de diversos vereadores; Projetos de Indicação n.s 1.474 a 1.488/19 do vereador Orlando Palhinha e 1.489/19 do vereador Toinho Carolino; Projetos de Resolução n.s 198 e 199/19 do vereador Geraldo Júnior; Requerimento n. 228/19 da vereadora Marta Rodrigues;

Requerimento de Utilidade Pública n. 114/19 do vereador Edvaldo Brito; e Moções n.s 127/19 da vereadora Marta Rodrigues, 128/19 do vereador Demétrio Oliveira e 129/19 do vereador Joceval Rodrigues. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros,** o vereador Orlando Palhinha destacou o compromisso da CMS com os motoristas de táxi e de aplicativo, afirmando que a apreciação dos Vetos ao Projeto a eles relativo contemplaria ambas as categorias. Expôs sobre a situação da antiga Feira do Curtume, na Baixa do Fiscal, informando iniciativa sua para a revitalização da área, o que era objeto de estudo da Prefeitura. Apontou os problemas lá existentes e contou sobre a atuação do secretário da Saúde, Leo Prates, a respeito. O senhor presidente saudou os motoristas de táxi e de aplicativo, destacando que conduzia a Casa com transparência, equilíbrio e lealdade, indistintamente quanto às bancadas de Governo e de Oposição, e a independentes. Mencionou a dificuldade de se equilibrarem os interesses das duas categorias de motoristas quanto aos Vetos a seu respeito e afirmou que a Casa poderia fazer história com um modelo exitoso quanto a isso. Explicou que a reunião de líderes a respeito, no dia anterior, fora informal, por ausência de *quorum*, e destacou as lideranças de cada categoria, sublinhando que ninguém sairia vencedor em tudo e rejeitando a influência de "forças ocultas". Declarou que suspenderia a apreciação dos Vetos até que o Executivo lhe encaminhasse uma proposta que atendesse às duas categorias de motoristas. Explicou que nenhuma outra votação se faria, inclusive por a pauta estar sobrestada pelos Vetos. Pela ordem, o vereador Sidninho disse que "forças ocultas" atuavam nessa questão e pediu que o senhor presidente reconsiderasse sua decisão. O senhor presidente disse que a posição a ser tomada seria da Casa e não, de alguns vereadores, e alertou os motoristas quanto a não se tornarem massa de manobra. Esclareceu que, se fossem apreciados no atual estado, os Vetos seriam mantidos, e por isso ele esperava algo novo da Prefeitura. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha elogiou a postura do senhor presidente em compor interesses e também pediu a reconsideração da suspensão. Em comunicação inadiável, o vereador

Cezar Leite contou sobre reunião de médicos das unidades de pronto-atendimento (UPAs) municipais na qual se decidiu que, se eles não recebessem pagamentos referentes a agosto e setembro, até sexta-feira, paralisariam o trabalho na segunda-feira. Prosseguindo com os Registros, o vereador Isnard Araújo comentou sobre a Honraria a ser entregue ao vice-Presidente da República Hamilton Mourão, justificando-a pela postura equilibrada do homenageado sobre as questões nacionais. A vereadora Marta Rodrigues saudou os motoristas. Comentou sobre audiência pública que promovera sobre o "apagão estatístico", explicando ser um tema discutido em várias instituições, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo trabalho de muitas décadas era ameaçado por medidas do Governo Federal. Destacou as muitas aplicações importantes dos dados do IBGE. Saudou a vereadora Aladilce Souza pelo aniversário. Em comunicação inadiável, o vereador José Trindade lembrou desafio feito por ele e aceito pelo vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, para Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre empresas de engenharia atuantes em nome da Prefeitura e do Governo do Estado. Disse que já havia várias assinaturas para isso e mencionou construtoras cujos responsáveis teriam parentes ligados à Prefeitura, o que estaria dificultando a CEI. O senhor presidente saudou a vereadora Aladilce Souza pelo aniversário, enaltecendo-a. Pelos Registros, o vereador Paulo Magalhães Júnior considerou que a ideia de CEI sobre construtoras era uma bravata para desviar as atenções quanto a questões importantes. O senhor presidente, diante de ânimos exaltados na Galeria, advertiu sobre a possibilidade de esvaziamento do recinto. Reiterou sua busca por uma saída adequada para as duas categorias de motoristas e o risco de serem usados como massa de manobra. Sublinhou que gritaria não afetaria a sua postura. Prosseguindo com o seu discurso, o vereador Paulo Magalhães Júnior endossou o senhor presidente quanto a se construir um caminho para as duas categorias e apelou às bancadas e aos independentes para que se unissem por isso. Pediu a suspensão da Sessão para dialogarem e realizarem a votação ainda neste dia. O senhor presidente indagou o orador sobre que proposta

a Prefeitura tinha para os motoristas. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse que o prefeito e o secretário de Mobilidade, Fábio Mota, dispunham-se a flexibilizar parâmetros de trabalho dos taxistas. O senhor presidente indagou ao vereador Alexandre Aleluia se a proposta do Executivo atendia aos motoristas de aplicativo. O vereador Alexandre Aleluia respondeu que precisava examinar a proposta e pediu a suspensão da Sessão. Retomando os **Registros**, o vereador Luiz Carlos de Souza também parabenizou a vereadora Aladilce Souza. Elogiou o senhor presidente pela postura de suspender a votação dos Vetos, opinando que os taxistas não compreendiam o que o senhor presidente propusera e defendendo a votação para a semana seguinte. Saudou a adoção da Capoeira nas escolas, por força de Lei de sua autoria, e agradeceu aos pares. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo se associou ao senhor presidente; lembrou emendas da Casa ao Projeto vetado; e defendeu consenso para se votar esse Veto. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza agradeceu as manifestações por seu aniversário e disse que a CMS lhe ensinava muito. O senhor presidente indagou o vereador Edvaldo Brito, independente, sobre a suspensão da Sessão para se tentar a votação dos Vetos na pauta. O vereador Edvaldo Brito disse ser sempre contrário a vetos e defendeu a votação desses Vetos nesta tarde, declarando-lhes voto para derrubá-los. Também indagado a esse respeito, o vereador Sílvio Humberto citou José Saramago sobre não se ter pressa, mas não se perder tempo, e defendeu acordo para a votação dos Vetos. Indagado pelo senhor presidente sobre haver proposta do Executivo para os motoristas, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que ela existia, mas estava aberta para diálogo. Indagado no mesmo sentido em que os edis anteriores, o vereador Sidninho contou sobre áudio de vereador que incitava motoristas contra a CMS e afirmou que a firmeza do senhor presidente evitava as más consequências dessa ação. Pela ordem, o vereador Toinho Carolino disse que uma vereadora era autora do áudio, o qual criticou. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia repudiou atitudes contrárias à CMS. Pela ordem, o vereador Cezar Leite enalteceu a postura do senhor presidente e considerou que o Projeto

dos motoristas era ruim, mas fora melhorado na CMS. Em comunicação inadiável, o vereador Demétrio Oliveira informou evento dos técnicos em Radiologia, categoria à qual pertencia, no próximo sábado. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha destacou o racismo ainda vigente na Cidade, repudiando atitude desse teor sofrida por dois artistas, por parte de um motorista de aplicativo. Lembrou que estavam no *Novembro Negro*. A Sessão foi suspensa por até 60 minutos, para se deliberar sobre a apreciação do Veto ao Projeto dos motoristas. Finda a suspensão, a Sessão, retomada, foi prorrogada por três horas. Retomados também os **Registros**, o vereador Moisés Rocha declarou-se favorável a um dos pontos do Veto ao Projeto dos motoristas, referente à exigência de foto do solicitante do serviço por aplicativo. Lembrou o fato anteriormente mencionado e afirmou que essa exigência era instrumento de racismo. Comentou sobre o megaleilão do petróleo realizado neste dia, que terminara parcialmente frustrado em razão da insegurança jurídica dos possíveis licitantes quanto à exploração a ser feita, fato que atribuiu ao Governo Federal. O vereador Sérgio Nogueira elogiou o prefeito ACM Neto. O senhor presidente lembrou o líder do Governo e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a exigência regimental de 22 assinaturas para a reapresentação imediata de proposição rejeitada, sem cumprimento de prazo. Pediu, aos líderes, encaminhamento aos seus blocos nesse sentido, fazendo semelhante pedido aos independentes. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues disse que ela e outros pares necessitavam de mais tempo para ler o que havia de novo, e o senhor presidente determinou nova suspensão da Sessão, por 15 minutos. Retomada novamente a Sessão, nos **Registros**, o vereador Odiosvaldo Vigas afirmou o compromisso da Prefeitura em cuidar das pessoas. Relatou a transformação positiva vivida pela antiga Cidade de Plástico. Expôs sobre a questão do Hospital Espanhol, que se encontrava fechado, e informou que Salvador era uma das poucas cidades brasileiras onde o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) realizava trombólise em pacientes de infarto e de acidente vascular cerebral (AVC), ação que custava mais de dois

milhões. Destacou a importância da Petrobras, defendendo que os recursos do pré-sal fossem vertidos para Educação e Saúde, e criticando o Governo Federal. Estimou uma boa saída para os motoristas de táxi e de aplicativos. O senhor presidente salientou ter havido a construção coletiva, pelas lideranças, de uma proposta para os motoristas. Convidou à Tribuna o presidente da CCJ, vereador Alexandre Aleluia, que expôs ter se dado um positivo processo legislativo por várias mãos. Explicou que os dois Projetos construídos, de modo transparente, eram simples e dariam segurança jurídica para todos os motoristas trabalharem. Pelos Registros, o vereador José Trindade disse que a atenção básica na Saúde, em Salvador, havia caído, e que o secretário dava informações incorretas para a população, enquanto não pagava a remuneração de médicos das UPAs. Indagou se, agindo desse modo, ele estaria apto a gerir Salvador, caso postulasse a Prefeitura. Aberta a **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Veto n. 22/19, parcial ao Projeto de Lei n. 141/2019. Após discutido e votado, o Veto n. 22/19 foi mantido, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Em seguida, foi também apreciado o Veto n. 23/19, parcial ao Projeto de Lei n. 365/2017. Após discutido e votado, o Veto n. 23/19 foi mantido, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Em seguida, passou-se à apreciação do Veto n. 24/19, parcial ao Projeto de Lei n. 258/2018, do Executivo Municipal, sobre transporte individual de passageiros por motoristas de aplicativos. Após consulta às lideranças, ficou decidido que seriam apreciados, artigo por artigo, os itens vetados no Projeto. Encaminharam voto os vereadores: Sílvio Humberto (parcialmente contra o Veto e indicando seus pontos de contrariedade); Paulo Magalhães Júnior, (a favor); Edvaldo Brito (contra); e Sidninho (contra, exceto pelo art. 9º, e liberando a bancada de Oposição). Após discutido e votado, o Veto n. 24/19 foi mantido, com abstenção do vereador Cezar

Leite e com votos contrários assim direcionados: à integralidade do Veto, vereador Edvaldo Brito; ao Art. 3º, § único, vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, José Trindade, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; ao Art. 6º, XII, vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, José Trindade, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; ao Art. 7º, § único, vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; ao Art. 11, I, vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; ao Art. 12, § 1º e § 2º, vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, José Trindade, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; ao Art. 14, § 2º, vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, José Trindade, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; ao Art. 17, § 4º, vereadores Ana Rita Tavares, Marta Rodrigues, Sidninho e Toinho Carolino; ao Art. 19, § 3 e º§ 4º, vereadores Ana Rita Tavares, Marta Rodrigues, Sidninho e Toinho Carolino; ao Art. 22, XXI, c e d, vereadores Ana Rita Tavares, Marta Rodrigues, Sidninho e Toinho Carolino; ao Art. 24, VIII, vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; ao Art. 29º, § único, vereadores Ana Rita Tavares, Marta Rodrigues, Sidninho e Toinho Carolino; e, ao Art. 46, *caput* e § único, vereadores Ana Rita Tavares, Marta Rodrigues, Sidninho e Toinho Carolino. Em seguida, passou-se à apreciação dos Projetos de Lei n.s 384 e 385/19. O vereador Alexandre Aleluia subiu à Tribuna para emitir, sobre o Projeto de Lei n. 384/19, Parecer conjunto pela CCJ, Comissão de Finanças e Orçamento, e Comissão de Transporte, o qual foi favorável. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado. Colhidos os votos na Comissão de Finanças, o Parecer foi aprovado, com abstenção do vereador Cezar Leite. Colhidos os votos na Comissão de Transporte, o Parecer foi aprovado. Após

discutido e votado, o Projeto de Lei n. 384/19 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Edvaldo Brito e Moisés Rocha. Declarando voto, o vereador Edvaldo Brito disse ser contra o prazo de 120 dias, em lugar do prazo de 30 dias originalmente previsto, para o postulante à prestação do serviço ter resposta da Prefeitura, com concordância tácita em caso de, findo o prazo, ter havido inércia do órgão municipal. O vereador Alexandre Aleluia subiu à Tribuna para emitir, sobre o Projeto de Lei n. 385/19, Parecer conjunto pelas mesmas três Comissões, o qual foi favorável. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado. Colhidos os votos na Comissão de Finanças, o Parecer foi aprovado, com abstenção do vereador Cezar Leite e contra o voto do vereador Sidninho. Colhidos os votos na Comissão de Transporte, o Parecer foi aprovado. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 385/19 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Edvaldo Brito e Moisés Rocha. Declarando voto, o vereador Edvaldo Brito expressou discordar do critério etário de 18 anos para se atuar no serviço, entendendo-o inconstitucional. Em seguida, foi também discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Lei n. 170/19. Foram ainda discutidos, votados e aprovados os Requerimentos n.s 211/19 e 228/19, e a Moção n. 128/19. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha associou-se aos pronunciamentos do vereador Edvaldo Brito sobre as divergências, comuns a ambos, relativas aos Projetos de Lei n.s 384 e 385/19. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Demétrio Oliveira.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO